

Diário Externa 10. OUT 1985

A patrulha resiste

De cada quatro dólares da dívida brasileira, um dólar é devido diretamente ao pequeno grupo dos chamados "money center banks", os maiores bancos privados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Esses bancos emprestam recursos próprios e fazem o repasse dos créditos dos médios e pequenos bancos para os mutuários do Terceiro Mundo. São intermediários da intermediação do dinheiro universal. Sem eles, a poupança de um motorista de caminhão de Billings, em Montana, não chegaria ao projeto de irrigação agrícola de Beafra ou ao programa de energia elétrica do Brasil.

Quem é o avalista do grande banco para o repasse dos fundos dos bancos médios e pequenos? O Tesouro americano ou o Banco da Inglaterra? Negativo. Os contribuintes ingleses e americanos rejeitam tão arriscada cobertura. O único avalista confiável é uma instituição integrada por todos os bancos centrais do mundo, mais conhecida por Fundo Monetário Internacional. Como o FMI não é banco, não tem fundo, não emite moeda, seu aval é meramente técnico ou político: ele responde pela patrulha contábil das contas e dos planos dos países devedores, atuando como "espião" credenciado dos poupadores em geral e dos banqueiros em particular. Nesse papel, o FMI é intocável, inarredável.

Tradução: a proposta brasileira do crescimento sem monitoramento não passa pela assembléia anual do FMI, que termina hoje, em Seul. Os bancos não abrem mão do ajustamento com monitoramento. Os respectivos ministros de finanças sabem disso e votam em função disso. Ministros do bloco credor, "governadores" do FMI, no duplo sentido, eles controlam o poder de decisão do Fundo e lembram que os bancos comerciais não podem abrir mão do ritual dos avais contábeis do FMI, exigência da rotina bancária.

Os bancos com elevado grau de "exposure" (dinheiro aplicado para muito além dos limites do capital próprio do banco) devem explicações aos acionistas, aos investidores, aos correntistas, aos eleitores, aos congressistas. Estão sob cobrança política desde o "setembro negro" de 1982, o da moratória mexicana. Uma quebradeira terceiromundista derrubaria todo o sistema bancário pelo "efeito dominó" da implosão dos "Money Center Banks".

Bancos exigem o patrulhamento

A gravidade do risco assumido pelos bancos repassadores pode ser avaliada no caso brasileiro. O Citibank, nosso maior credor, tem aplicados no Brasil 54 por cento do seu capital. O Bank of America, maior banco do mundo, empenhou aqui o equivalente a 46 por cento do seu capital. O Manufactures Hannover, maior grau

de "exposure", arriscou entre nós nada menos de 66 por cento do seu capital ou do seu lastro real.

Os executivos desses bancos estão sob marcação cerrada dos acionistas e dos investidores, os primeiros de olho gordo nos ganhos e os segundos de antenas ligadas no repatriamento da poupança remunerada... Os banqueiros presentes em Seul, nos bastidores da Assembléia, fazem a proclamação tranquilizadora: os devedores estão sob controle e devem pagar a dívida nos prazos contratados e a juros de mercado. Palavra do FMI.

Eis que o Brasil, maior devedor, passa a contestar publicamente os trabalhos de monitoramento do FMI. Mas os credores resistem: os bancos e os respectivos governos não podem admitir a aposentadoria compulsória dos expedicionários do FMI, único fiador das garantias escriturais do sistema bancário para uso interno junto aos acionistas, aos poupadores, aos congressistas.

Que se corrija o monitoramento

Na observação de financistas brasileiros, seria tecnicamente mais viável e politicamente mais palatável abrir baterias, não contra o monitoramento do FMI, mas contra os critérios que informam esse monitoramento.

Dotados de instinto de conservação, os bancos bem que poderiam ligar o desconfiômetro: o FMI é um médico defasado, deve ser reciclado. Sua receita medicamentosa anda agravando a doença dos pacientes "assistidos". A austeridade corretiva, entendida como recessão purgativa, não salvou o México, não vai salvar a Argentina, apenas aumentou as aflições de um aflito, o Brasil. E mais: pode arrastar o processo de ajustamento físico para um esquema de enfrentamento político, como propõe Fidel Castro no rodapé do sistema financeiro. Ou como sugere Alan Garcia, com seu projeto de retratamento unilateral dos termos da dívida peruana.

E não bastasse a farmacologia deteriorada do FMI, todos os programas de ajustamento interno dos devedores, com ou sem o monitoramento externo, dependem de decisões tomadas pelo bloco dos credores, tais como as das taxas de juros, dos termos de troca, dos créditos novos, dos fluxos de capital, de tecnologia, de comércio.

Um programa nacional do tipo PND pode ficar chumbado ao papel se o protecionismo comercial dos ricos atrofiar ainda mais a produção de divisas pelos brasileiros. O orçamento da União, com "déficit" financeiro, passa a depender da variação dos juros da dívida externa.

Desse "monitoramento" físico ninguém nos livra, seus abalos são tão imprevisíveis como os terremotos que martirizam o México.